

Pobreza menstrual e eugenia: gênero, raça e decolonialidade

Lucas da Silva Alves

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Resumo

O seguinte artigo é fruto de uma revisão teórica e pesquisa documental e tem como principal objetivo apresentar de forma objetiva como os resquícios da eugenia em diversas sociedades ocasiona no desenvolvimento da pobreza menstrual, assim, com ênfase no Brasil, onde permanecem presentes, no sentido de hierarquização de sujeitos, o deixar morrer de determinados indivíduos e consequentemente o impedimento de forma ativa na saúde reprodutiva. Assim, o artigo se propõe a expor a ligação da eugenia com diversos sistemas de dominação e opressão presentes em diferentes nações como o gênero, raça e resquícios do colonialismo. Além de mostrar como a falta de políticas públicas na área da saúde vinculada a desigualdade de gênero acarreta o sofrimento social e a morte de diversas pessoas que menstruam.

Palavras-chave: Menstruação; Eugenia; Pobreza Menstrual; Colonialismo; Gênero

Introdução

A pobreza menstrual se apresenta constantemente em diversos países, sobretudo naqueles onde sua história decorreu de um processo brutal de colonização, o que por sua vez significa anos de exploração e apagamento cultural. Contudo, é possível observar a existência de pessoas em condição de pobreza menstrual em diversas sociedades, principalmente naqueles onde o sistema econômico vigente é o capitalismo neoliberal, na qual a lógica mercadológica impera sobre todos os produtos, inclusive os de higiene básica, como é o caso dos absorventes internos e externos, impedindo dessa forma que pessoas menstruantes passem pelo período menstrual de forma digna.

Como mostra Brenda Neris o sistema tributário nacional se estrutura na disparidade de gênero e reforça as desigualdades já existentes, e diferentemente de países como o Reino Unido que nos anos 1990 pautaram a sua reforma tributária no debate de gênero (PISCITELLI, 2020), no Brasil os absorventes higiênicos estão sujeitos a uma tributação de 25%. Mostrando dessa forma que a desigualdade de gênero é uma questão que atravessa a economia de um país.

Por mais que fatores como sistema econômico, misoginia, patriarcalismo e heterocentrismo sejam os principais agentes que determinam quais sujeitos terão de lidar com a pobreza menstrual, outro importante fator foge da vista e da análise de muitos cientistas sociais. A eugenia, que se constituiu como uma ciência e política de estado em diversos países do século XIX e visava o melhoramento da população através de uma hierarquização dos indivíduos na qual os mais aptos eram os que deveriam se reproduzir e os inaptos deveriam morrer. Por mais que, como uma ciência instituída, não exista mais, as consequências desse movimento político e científico continuam ainda hoje por meio da ausência ativa de políticas públicas, dificultando o acesso de higiene básica e a hierarquização de diversos indivíduos.

Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), no Brasil mais de 713 mil meninas vivem sem acesso a banheiro ou chuveiro em suas residências. Com isso, mais de 4 mil meninas sofrem com falta de higiene nas escolas, esses números não significam apenas a grande quantidade de meninas que sofrem de pobreza menstrual no Brasil, mas também a negligência ativa nas ações de saúde pública no Brasil direcionada a determinados indivíduos, como é o caso do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual (Lei 14.214), que apesar de ter sido sancionada pelo presidente da república, foi vetada a parte referente a distribuição gratuita de absorventes para estudantes de baixa renda e pessoas em situação de rua.

Desta forma, a pobreza menstrual tem gênero, etnia e raça, a partir do momento em que mulheres cis pretas de baixa renda e homens trans pretos também de baixa renda se encontram como os principais afetados pela miséria menstrual. No Brasil a situação é ainda pior, visto que o país se apresenta com grandes tributações sobre os absorventes e tampões, o que por si só já é um grande fator para o impedimento ao acesso aos itens de higiene. A propósito, os membros que compõem o cenário político atual, como o chefe do executivo, vetam projetos que visam a distribuição gratuita para meninas de baixa renda. Desta forma, o objetivo deste artigo é argumentar que a postura do atual governo não é casual e nem explicado pela mera indiferença, mas reproduz uma lógica eugênica e decolonial de hierarquização de grupos, segundo uma lógica em que, como argumenta Michel Foucault, uns são valorizados enquanto outros são deixados a morrer.

Gênero e miséria menstrual

Por mais que quando o termo pobreza menstrual seja ouvido a primeira coisa que venha a mente de muitos seja uma mulher, é indispensável que, tanto no quesito de análise quanto para o desenvolvimento de ações e políticas públicas, seja levado em consideração que muitos homens trans também menstruam, o que, por sua vez, significa que também passarão dificuldades na obtenção de produtos de higiene básica considerando sua condição financeira e raça.

Assim como as mulheres cis, os homens trans, mesmo que não da mesma forma, são alvos de preconceitos de gênero e estão inseridos na lógica de opressão heteropatriarcal. A teórica feminista Monique Wittig (1978) compreende que, na verdade, o que cria o gênero é a opressão, sendo assim, homens e mulheres só existiriam dentro dessa lógica onde um gênero é o oprimido e outro é o opressor. Assim, os homens trans, assim como as mulheres cis, se encontram na posição de oprimidos, levando em consideração que os dois sofrem com diversas estigmatizações de gênero.

Como é exposto pela filósofa Judith Butler (2004) em seu texto “Diagnosticando o Gênero” por muito tempo para que pessoas trans pudessem passar pelo processo cirúrgico e hormonal de redesignação de gênero era preciso que, antes, se submetessem a patologização, sendo considerados doentes mentais. Essa visível hierarquização facilitava o processo de redesignação de gênero, porém dificultava a despatologização da transexualidade.

Assim, a hierarquização em que homens trans eram e continuam sendo submetidos, assim como determinadas mulheres, contribui para a manutenção de um sistema que possui características eugenistas mesmo que não se classifique como tal. Uma das consequências dessa estruturação é a pobreza menstrual, o que, por sua vez, ocasiona no agravamento da reprodução desses indivíduos, na qual o ato de engravidar por um homem trans continua sendo um tabu na sociedade brasileira e em muitas outras.

Raça e pobreza menstrual

É mais do que aparente que no contexto do Brasil, na qual a presente realidade do racismo estrutural se encontra cada vez mais evidente, os grandes alvos da pobreza menstrual seja a população preta, isto é, mulheres negras cis periféricas e homens negros trans periféricos, são os que mais sofrem com a ausência do estado nos quesitos de educação, segurança e saúde.

Assim, segundo o relatório da UNICEF, meninas negras tem três vezes mais chances de viverem sem acesso a banheiro do que meninas brancas no Brasil. O que por sua vez significa que enquanto cerca de 24% de meninas brancas vivem em locais sem esgoto, o número salta para 37% quando se considera as meninas negras. Assim, mostrando de forma mais evidente que no Brasil a População negra é um dos principais alvos da direcionada pobreza menstrual.

Todavia, a realidade segregadora e hierárquica está e esteve presente em diferentes contextos desde o início do movimento sufragista, como mostra Angela Davis (1981) em seu livro “Mulheres, Raça e Classe”, com o exemplo de Sojourner Truth uma ex-escravizada Estadunidense que proferiu um dos discursos mais famosos em respeito da sua condição de mulher negra invalidada nos movimentos de libertação das mulheres. Ao dizer “Não sou eu uma mulher?” Truth não apenas questionava as feministas brancas sobre seu gênero, mas também sobre sua raça, derrubando quaisquer argumentos que poderiam invalidar sua condição de mulher negra.

Assim, a segregação de mulheres negras foi uma realidade desde a política de silenciamento dos congressos feministas nos EUA, as políticas de Apartheid na África do Sul e as políticas de branqueamento amplamente aceitas e disseminadas no Brasil. Desta forma, mulheres pretas sempre foram alvo de constantes métodos de segregação e hierarquização, mas as consequências que isso desencadeia como o risco a saúde reprodutiva pela miséria menstrual é uma prova visível dos resquícios da eugenia que ocupa um lugar em cada sociedade e sistema político ocidental.

A antropóloga Lélia Gonzalez (1988) em seu livro “Por um Feminismo Afro-Latino-Americano”, ilustra como muitos homens, ainda quando companheiros na luta contra o machismo, reproduzem as práticas sexistas do patriarcado. A invisibilidade e a exclusão que as amefricanas e as ameríndias do Brasil e da América Latina são submetidas a partir da reprodução das práticas, por muitos indivíduos por um sistema que é misógeno e racista.

Ainda assim, o que muitos cientistas sociais analisam como uma reprodução inconsciente dos meios de autopreservação e manutenção do sistema de racismo que o Brasil possui, a psicóloga Cida Bento (2022) em sua obra “O Pacto da Branquitude” argumenta que o problema na verdade é como está instituída a relação entre negros e brancos que é a branquitude. Isto é, uma relação de dominação através de vários meios como a política, cultura e economia. Desta forma, esse pacto de dominação entre os brancos mostra como se sustenta esse sistema racista no Brasil, o que por sua vez sustenta a mesma lógica de preservação dos sistemas que contêm práticas eugênicas ainda hoje, não apenas no Brasil.

Eugenia, colonialismo e miséria menstrual

Não é novidade nenhuma para quaisquer sociólogos, antropólogos ou cientistas políticos o histórico colonizador dos países do continente europeu para com os países da África, Ásia e América do Sul. Contudo, é sempre um trabalho importante relembrar que o saque de décadas a esses países desencadeou inúmeras consequências que são vistas ainda hoje nesses países. Um exemplo disto é o

Quênia que é uns dois países mais afetados pela pobreza menstrual e foi brutalmente explorado pela colonização britânica.

O poeta e político Aimé Césaire em seu “Discurso Sobre o Colonialismo” abre sua obra com uma das frases mais impactantes possível, “A Europa é indefensável”, e desta forma constrói uma das críticas mais bem estruturadas, no sentido de mostrar de forma objetiva como a Europa através de um discurso eurocêntrico civilizador e racista se apropriou de diversas sociedades e instaurou um brutal genocídio e etnocídio as populações do continente Africano.

Por meio dos processos colonizadores com o intuito de justificar o controle e a submissão desses países, se desenvolveu as teorias do desenvolvimento e a teoria neomalthusiana que visavam o controle da natalidade dos ditos países subdesenvolvidos que nada mais eram do que países oprimidos e explorados. Assim, a aplicação de uma teoria eugenista a partir de uma explicação econômica e sociológica fez com que os países colonizadores adotassem uma narrativa e uma justificativa que corroborassem com a preservação e manutenção desse sistema explorador.

Já os países colonizadores, apresentam hoje em dia diversas medidas para o combate à pobreza menstrual, como a distribuição gratuita de absorventes e a redução de tributação desses objetos de higiene íntimo. A partir dos anos de exploração de diversos países de outros continentes não seria difícil perceber uma certa facilidade para o desenvolvimento de medidas sociais levando em consideração a economia estável que esse processo histórico proporcionou.

Todavia, a total ausência de suporte a esses países oprimidos só contribui ainda mais para a preservação dessa situação ocasionada pelo colonialismo. Já foi levantada a questão de que uma das consequências da pobreza menstrual é uma saúde reprodutiva precária. Assim, o não suporte a esses países explorados pelos países exploradores não é apenas uma negligência, mas também um ato proposital de extermínio, uma continuação de políticas eugênicas e do próprio colonialismo.

Assim, por mais que os países colonizados não estejam em condições tão favoráveis quanto os do continente europeu, é possível observar ações e condutas que visam ao combate da pobreza menstrual, como é mais uma vez o exemplo do Quênia que em 2017 estabeleceu que todas as meninas enquanto estivessem matriculadas na escola recebessem absorventes gratuitamente, ou mesmo o caso da Colômbia que zerou a tributação referente aos absorventes internos e externos.

Conclusão

O que é possível perceber até este momento é que há uma bagagem história de opressão, exploração e racismo a determinados grupos que desencadeou sem dúvidas a diversos eventos de brutalidade em vários países, desta forma, a construção de um imaginário social hierárquico levando em consideração a decisão sobre quem poderia ou não se reproduzir, e esta é uma consequência cruel, porém fácil de se imaginar. Assim a concepção de Michael Foucault (1976) sobre racismo nos ajuda a perceber o cerne de demasiadas políticas eugênicas, na qual ele diz, “Com efeito, que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer”.

Assim, através da biopolítica países decidem de forma seletiva quem deve morrer, viver e se reproduzir, tendo em mente quais indivíduos são mais aptos no processo produtivo do capitalismo neoliberal. A pobreza menstrual se encontra como um dos mecanismos eugênicos de seleção, segregação e hierarquização de sujeitos. Ela é um resquício de um movimento científico forte e que

um dia já esteve consolidado, mas que hoje permanece vivo através de políticas públicas de saúde que deixam de lado ações a populações consideradas hierarquicamente inferiores o que conseqüentemente ocasiona na morte desses indivíduos e na baixa saúde reprodutiva destes.

Referências Bibliográficas

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. Companhia da Letras, 2022

BUTLER, Judith. **Undiagnosing Gender**. In: _____. *Undoing Gender*. New York: Routledge, 2004.

CÉSAIRE, Aíme. **Discurso Sobre o Colonialismo**. Tradução Claudio Willer – São Paulo: Veneta, 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani – São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France (1975- 1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. 4.tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GONZALEZ, Lelia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**. Organização: Flavia Rios e Márcia Lima – Zahar, 2020.

NERIS, Brenda Borba dos Santos. **Políticas fiscais e desigualdade de gênero: análise da tributação incidente nos absorventes femininos**. Natal: Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade (FIDES), v. 11, n. 2, 2020.

PISCITELLI, Tathiane e outros. **Tributação e gênero**. JOTA. 2019. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/tributacao-e-genero-03052019>. Acesso em: 13 de julho. 2024.

WITTIG, Monique. **O Pensamento Hetero e outros Ensaios**. tradução Máira Mendes Galvão - Belo Horizonte: Autêntica, 2022.